

Economia *- Brasil*

Acordo com FMI sai em 30 dias

■ Técnicos do governo voltam hoje a Washington para apresentação formal do ajuste fiscal. Ajuda pode chegar a US\$ 25 bilhões

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Dentro de no máximo 30 dias estará concluído o acordo do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mesmo que as medidas do pacote fiscal ainda não tenham sido aprovadas pelo Congresso Nacional. A missão técnica do governo brasileiro retorna hoje a Washington para apresentar formalmente as medidas do Programa de Estabilidade Fiscal, cujo teor já foi amplamente discutido com o FMI nas últimas semanas, e formatar a carta de intenções. A expectativa da área econômica é que a carta esteja pronta na semana que vem e que o acordo aprovado pelo *board* do FMI, em duas semanas.

É praticamente certo que o acordo seja da modalidade *stand-by*, com duração de três anos, e os desembolsos trimestrais de recursos sejam condicionados ao cumprimento das metas macroeconômicas contidas na carta de intenções e no *memorandum* técnico de entendimento. Assinado, esse acordo permitiria o acesso do país a um novo fundo de contingência (*contingency facility*), que é o mecanismo preventivo a que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem se referido.

Em princípio, o *stand-by* daria direito ao Brasil de, como membro do FMI, sacar cerca de US\$ 9 bilhões (três vezes o valor das cotas em direitos especiais de saque do país).

Test case – O detalhamento do fundo de contingência ainda está em discussão, e o Brasil será o seu primeiro beneficiário, um *test case*. O exato montante de socorro financeiro ao Brasil ainda não está claro, mas fontes oficiais que estão acompanhando de perto as conversas de Malan com o vice-diretor do FMI, Stanley Fischer, garantem que a direção do fundo já teria aceitado com a possibilidade de levantar até US\$ 25 bilhões e não US\$ 15 bilhões como já foi dito.

Esse valor, somado aos recursos dos demais organismos internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), de algo em torno de US\$

7 bilhões, e a eventuais ajudas de países europeus, comporia um pacote de ajuda financeira ao país de mais de US\$ 30 bilhões.

O governo continua achando que o fundo de contingência não será utilizado efetivamente. O país precisaria de pouco mais de US\$ 20 bilhões para fechar as contas externas de 1999, e o mero fato de existir um gordo aporte de socorro financeiro levaria os investidores a retomarem seus negócios no Brasil, prescindindo, assim, do uso integral do dinheiro do FMI.

O pacote fiscal de emergência de R\$ 28 bilhões, com as medidas de cortes de gastos e aumento de impostos, e o programa de reformas estruturais que criaria um novo regime fiscal para o setor público são a base do acordo com o FMI. Mas isso não significa que o governo se livrará de compromissos com as demais metas dos critérios de performance que constam do modelo do *stand-by*. E que, a rigor, amarram todo o modelo econômico a ser seguido nos próximos três anos, do comportamento da política monetária às metas das contas do balanço de pagamentos.

Miopia – O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, é que chefiará a missão técnica brasileira para negociar os detalhes finais com o FMI. O secretário executivo, Pedro Parente, que comandou a última missão, fica no país para ajudar no encaminhamento político da discussão das medidas do pacote fiscal.

A reação dos mercados às medidas anunciadas não foi animadora para o governo, mas Parente entende que estaria havendo uma certa "miopia" nessa reação. Se os analistas e operadores de mercado acham que o pacote não foi bom o suficiente porque traz uma série de medidas que dependem de aprovação do Congresso, isso representa uma visão equivocada da margem de atuação e competência do poder executivo, numa democracia, de fazer um ajuste estrutural de uma só penada, através de medidas provisórias, avaliam fontes do Ministério da Fazenda.

Brasília – Carlos Eduardo



Malan e Antônio Carlos Magalhães: situação pior que a de novembro